O AVANÇO NEOPENTECOSTAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E POSSÍVEIS IMPACTOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Jéssica Gomes das Mercês
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1030-0851
Endereço eletrônico: jessica.costa@uesb.edu.br

Marianna Versiani
Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2682-0368
Endereço eletrônico: mariannaversiani@gmail.com

Palavras-chaves: conservadorismo; ensino de ciências; neopentecostalismo.

INTRODUÇÃO

A crescente atuação de grupos religiosos conservadores tem produzido efeitos significativos sobre as políticas curriculares e sobre as disputas em torno da legitimação dos conhecimentos curriculares. Nesse contexto, observa-se a ampliação da influência de setores neopentecostais na formulação de políticas públicas voltadas à educação, especialmente por meio de Projetos de Lei (PLs) que buscam introduzir referenciais religiosos ou restringir conteúdos curriculares (Costa, 2021). Como evidenciado em diferentes momentos da tramitação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tais grupos têm atuado na defesa de pautas relacionadas ao criacionismo, à censura de debates sobre gênero e sexualidade e à ampliação da presença religiosa no espaço escolar.

Recentemente, diversos municípios brasileiros passaram a aprovar PLs que autorizam a utilização da Bíblia como material paradidático nas escolas públicas (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b). Embora seus defensores argumentem que o texto bíblico seria empregado como recurso cultural, histórico ou literário, a institucionalização de um texto religioso no ambiente escolar suscita questionamentos acerca da laicidade do Estado e dos impactos dessa medida sobre o currículo e ensino de Ciências. Em um país cuja Constituição Federal estabelece a

separação entre Estado e religião (Brasil, 1988), a adoção de um texto sagrado específico como material pedagógico não pode ser compreendida como uma iniciativa neutra. Ao contrário, insere-se em um cenário mais amplo de disputas políticas e culturais em torno da educação pública.

Conforme Goodson (1997), o currículo constitui um campo de disputas sociais e políticas no qual grupos procuram legitimar seus interesses e visões de mundo. Tal processo se torna especialmente relevante quando analisado em articulação com o fortalecimento de grupos conservadores e neopentecostais que, nos últimos anos, têm buscado influenciar diretamente a definição de conteúdo e práticas educacionais. Esse texto tem por objetivo apresentar evidências do avanço neopentecostal nas escolas brasileiras.

METODOLOGIA

Este trabalho constitui um recorte e aprofundamento de discussões desenvolvidas na dissertação de Costa (2021) que analisou a BNCC e outros documentos a partir da abordagem do ciclo de políticas proposta por Bowe, Ball e Gold (2017). A partir desse referencial, este estudo realiza uma análise documental e bibliográfica de reportagens sobre Projetos de Lei recentemente aprovados em municípios brasileiros que autorizam o uso da Bíblia como material paradidático em escolas públicas (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b). A análise dialoga com discussões da dissertação sobre a atuação de grupos conservadores e neopentecostais na política educacional, especialmente por meio de propostas legislativas que buscam interferir nos conteúdos e práticas do ensino de Ciências. A discussão fundamenta-se em referenciais sobre laicidade e currículo, tendo como principal referência para a laicidade a obra de Luiz Antônio Cunha (2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aprovação de leis que autorizam o uso da Bíblia como material paradidático não constitui um fenômeno isolado, mas integra um movimento mais amplo de expansão da influência neopentecostal sobre as políticas educacionais brasileiras. Tal movimento já havia sido identificado durante o processo de elaboração da BNCC, quando diferentes PLs buscaram introduzir perspectivas religiosas nos currículos escolares e restringir discussões consideradas incompatíveis com valores conservadores. Nesse contexto, destacam-se

iniciativas legislativas voltadas à inserção do criacionismo nos currículos escolares, como os PLs nº 8099/2014 e nº 5336/2016 (Costa, 2021). Ambas as propostas defendiam a apresentação da narrativa bíblica da criação em condição de equivalência à Teoria da Evolução, atribuindo a uma crença religiosa o mesmo estatuto epistemológico de uma teoria científica amplamente sustentada por evidências empíricas. Tais iniciativas revelam uma tentativa de reconfigurar os limites entre conhecimento científico e crença religiosa, produzindo tensões particularmente relevantes para o ensino de Ciências.

Recentemente, diversos municípios brasileiros vêm aprovando Projetos de Lei que autorizam a adoção da Bíblia como material paradidático em escolas públicas. Seus proponentes sustentam que o texto bíblico seria mobilizado enquanto referência cultural, histórica ou literária. Todavia, a institucionalização de um texto de natureza religiosa no ambiente escolar suscita questionamentos acerca da manutenção do princípio da laicidade estatal e dos potenciais desdobramentos para o ensino de Ciências. Em um Estado cuja Constituição Federal consagra a separação entre Estado e religião (Brasil, 1988), tal proposição dificilmente se sustenta sob a égide da imparcialidade. Configura-se, portanto, uma decisão que ultrapassa os limites da relação legítima entre Estado e religião em regimes laicos (Maclure; Taylor, 2011), ao viabilizar a introdução de perspectivas confessionais na educação pública e, consequentemente, tensionar os fundamentos epistemológicos que norteiam o ensino de Ciências.

Ademais, compreende-se que o currículo escolar não constitui um repertório neutro de saberes, mas um campo de disputa social e política no qual se materializam relações de poder e se expressam interesses de grupos que almejam a legitimação de determinados conhecimentos (Goodson, 1997, p. 27). Desse modo, a incorporação da Bíblia como material paradidático impõe-se como objeto de análise no quadro mais amplo das controvérsias que perpassam a educação pública e a posição da ciência na sociedade contemporânea. Embora os atuais projetos de utilização da Bíblia como material paradidático não determinem explicitamente sua adoção nas aulas de Ciências, sua presença institucional no ambiente escolar pode influenciar a forma como estudantes compreendem diferentes formas de produção do conhecimento.

Conforme apontam Franco e Munford (2018), temas como origem da vida, evolução biológica, sexualidade e gênero demandam abordagens fundamentadas em múltiplas

evidências científicas e em perspectivas democráticas de formação. Entretanto, quando perspectivas religiosas passam a ocupar espaços privilegiados na escola pública, abre-se a possibilidade de que crenças religiosas sejam percebidas como explicações equivalentes ou superiores às construídas pela ciência. Sob a perspectiva do ciclo de políticas, essas iniciativas evidenciam como disputas travadas nos contextos de influência e produção de texto repercutem posteriormente no contexto da prática. Ainda que determinadas orientações não estejam explicitamente presentes nos documentos curriculares, elas podem ser recontextualizadas por meio de legislações complementares, materiais didáticos e práticas escolares que acabam redefinindo os sentidos atribuídos ao currículo.

CONCLUSÕES

A análise realizada permite compreender que a aprovação de leis que autorizam a utilização da Bíblia como material paradidático nas escolas públicas integra um movimento mais amplo de fortalecimento de grupos conservadores e neopentecostais na educação brasileira. Longe de representar apenas uma valorização cultural ou literária do texto bíblico, tais iniciativas produzem efeitos sobre a laicidade do Estado, sobre a autonomia docente e sobre os processos de legitimação dos conhecimentos escolares.

No âmbito do ensino de Ciências, os riscos tornam-se ainda mais evidentes, uma vez que a aproximação entre crenças religiosas e explicações científicas pode contribuir para o enfraquecimento dos fundamentos epistemológicos que sustentam a produção do conhecimento científico. Em um cenário marcado pela disseminação de discursos anticientíficos e pela crescente polarização política, preservar a distinção entre diferentes formas de conhecimento constitui condição fundamental para a formação crítica dos estudantes e para a consolidação de uma educação democrática, plural e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education and changing schools**: case studies in policy sociology. Routledge: Abingdon, Oxon, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **Projeto de Lei nº 1755/2025**. Dispõe sobre a utilização da Bíblia Sagrada como recurso paradidático nas instituições de ensino públicas e privadas do município do Rio de Janeiro, bem como no âmbito da educação domiciliar, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.862, de 28 de maio de 2025**. Dispõe sobre a leitura bíblica como recurso paradidático nas escolas públicas e particulares do Município. Diário Oficial do Município, 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei n° 5336, de 2016.** Acrescenta um parágrafo 10 ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, para incluir a "Teoria da Criação" na base curricular do Ensino Fundamental e Médio. Brasília, 2016b.

BRASIL. **Projeto de Lei n° 8099, de 2014.** Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo. Brasília, 2014b.

COSTA, J. G. M. **Os contextos de influência e produção da Base Nacional Comum Curricular**: um enfoque na disciplina escolar ciências. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

CUNHA, Luiz Antônio; OLIVA, Carlos Eduardo. **Sete teses equivocadas sobre o Estado laico**. In: Conselho Nacional do Ministério Público (org.). Ministério Público em defesa do Estado laico. Brasília, DF: CNMP, 2014.

FRANCO, L. G.; MUNFORD, D. Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: Um olhar da área de Ciências da Natureza. **Horizontes**, Dourados, v. 36, n. 1, p. 158-170, jan./abr. 2018.

GOODSON, Ivor F. **A construção social do currículo**. Lisboa: EDUCA, 1997.

MACLURE, Jocelyn; TAYLOR, Charles. **Laicidad y libertad de conciencia**. Madrid: Alianza Editorial, 2011.